Movimentos associativos femininos e feministas no futebol do Brasil e Argentina: dilemas e perspectivas principais de suas ações coletivas

Rosana Da Câmara Teixeira

Antropóloga, Professora Associada - Faculdade de Educação- UFF. Pesquisdora do Laboratório de Educação e Patrimônio Cultural (Laboep-UFF).

Email: rosanat@id.uff.br

Verónica Moreira

Antropóloga, Investigadora independiente CONICET, Directora Diplomatura de Género y Deporte, Docente UBA.

Email: veromoreira175@gmail.com

Resumo

O associativismo em torno do futebol profissional vem passando por grandes transformações nos anos 2000 com a criação de coletivos e federações em busca de equidade e igualdade. O ativismo torcedor ganhou, assim, as arenas públicas estabelecendo mediações políticas, formulando reivindicações e produzindo documentos para orientar suas ações, em busca de interlocutores no governo e do reconhecimento social para suas demandas. No Brasil, o Movimento Mulheres de Arquibancada (2017) e o Movimento Feminino de Arquibancada (2019) são experiências inéditas no país no enfrentamento do assédio e do machismo; por outro lado, a Coordinadora sin Fronteras del Fútbol Feminista na Argentina, que surgiu em 2018, se constitui como um espaço de articulação, visibilidade, promoção e denúncia dos diversos obstáculos e problemas para mulheres e pessoas LGBTIQ+. Este artigo pretende apresentar suas características, discutir significados, impactos, dilemas e perspectivas principais das ações coletivas dessas associações no espaço público no âmbito dos debates sobre os direitos das torcedoras de futebol.

Palavras-chave: associativismo torcedor; movimentos femininos; feminismos; direito de torcer.

CC BY

Female and Feminist Associative Movements in Football in Brazil and Argentina: Main Dilemmas and Perspectives of Their Collective Actions

Abstract

Fan associativism in professional football has undergone significant transformations in the 2000s with the creation of collectives and federations seeking equity and equality. Fan activism has thus entered public arenas, establishing political mediations, formulating demands, and producing documents to guide their actions, while seeking government interlocutors and social recognition for their demands. In Brazil, the Movimento Mulheres de Arquibancada (2017) and the Movimento Feminino de Arquibancada (2019) are unprecedented initiatives in the country addressing harassment and sexism. On the other hand, the Coordinadora sin Fronteras del Fútbol Feminista in Argentina, which emerged in 2018, serves as a space for articulation, visibility, promotion, and denunciation of various obstacles and problems faced by women and LGBTIQ+ individuals. This article aims to present their characteristics, discuss meanings, impacts, dilemmas, and main perspectives of the collective actions of these associations in the public sphere within the debates on the rights of female football fans.

Keywords: fan associativism; female movements; feminist football; right to support.

Introdução

O associativismo em torno do futebol profissional vem passando por grandes transformações desde 2000 com a criação de coletivos e federações em busca de equidade e igualdade. Assim, grupos de diferentes espectros e configurações estabelecem diálogos e organizam mobilizações coletivas, dando trégua em suas rivalidades para garantir ou ampliar seus direitos de participar com liberdade, sem violências ou discriminação. Esse fenômeno está diretamente relacionado ao avanço do neoliberalismo e ao aprofundamento do processo de mercantilização que pode ser observado tanto na elitização das praças esportivas - transformadas em arenas multiusos voltadas para o consumo e o entretenimento, tornando estes espaços cada vez mais excludentes -, quanto no movimento crescente de privatização e conversão de clubes de futebol em SAFs (Sociedade Anônima do Futebol). Dessa forma, o ativismo torcedor ganhou as arenas públicas estabelecendo mediações políticas, formulando reivindicações e produzindo documentos para orientar suas ações, em busca de interlocutores no governo e do reconhecimento social para suas demandas.

No Brasil, o Movimento Mulheres de Arquibancada (2017) e o Movimento Feminino de Arquibancada (2019) são experiências inéditas no país na promoção do diálogo e união das mulheres no enfrentamento das dificuldades vividas no âmbito das torcidas, mas igualmente na busca de medidas institucionais contra o assédio e o machismo nos estádios de futebol; por sua vez, a Coordenadora sem Fronteiras de Futebol Feminista na Argentina (2018) surge como um espaço de articulação, visibilidade, promoção e denúncia dos diversos obstáculos e problemas para mulheres e pessoas LGBTIQ+.

Este artigo pretende apresentar suas características, discutir significados, impactos, dilemas e perspectivas principais das ações coletivas dessas associações no espaço público no âmbito dos debates não apenas sobre os direitos das torcedoras, mas também sobre outras mulheres e diversidades que fazem parte do futebol (sócias, trabalhadoras e dirigentes de clubes, jornalistas e jogadoras, entre outras).

A fundação e a atuação dessas entidades têm sido acompanhadas por pesquisas que indicam, entre outros aspectos, que as insatisfações e denúncias surgidas no mundo do futebol e as articulações daí derivadas aproximam-se de questões caras aos movimentos sociais na contemporaneidade (Gohn, 2011).

As lutas dessas mulheres ganham amplitude à medida que são compreendidas e situadas como uma dimensão fundamental no combate às desigualdades de gênero predominantes nesse esporte. Um conjunto de indagações anima essa análise comparativa: que fatores concorrem para os acordos? Que projetos formulam? Que mediações efetuam para atingir seus objetivos? Quais são seus principais interlocutores no espaço público? Que conflitos e desafios emergem nesse percurso?

Existe um entendimento de que o apoio mútuo é parte da busca por reconhecimento e de que para reivindicar é preciso organização. Nas discussões contemporâneas sobre reconhecimento social (Caillé, 2007), um pressuposto básico é o de que, na esfera pública do direito e da política, esse processo expressa o anseio por respeito, consideração e o desejo de superar a exclusão e a estigmatização.

A problemática do reconhecimento está, portanto, no cerne dos debates sobre justiça social. De acordo com vários autores, ela possibilita diálogos com o sistema da dádiva, analisado pelo antropólogo Marcel Mauss (Mauss, 2003). Nesse sentido, esses autores defendem seu potencial interpretativo nas análises acerca da dimensão moral dos conflitos - condição para o exercício pleno da cidadania (Cardoso de Oliveira, 2004, p. 2) - e sobre a capacidade dos sujeitos formularem pactos de solidariedade em nome

de causas comuns, a despeito de possíveis desavenças. Nas últimas décadas, reivindicações por respeito e visibilidade na esfera política avançaram, e a relação entre dignidade, identidade e sentimentos evidencia a importância da alteridade e do caráter dialógico do reconhecimento (Cardoso de Oliveira, 2004).

Para efeitos deste artigo, consideramos que a perspectiva comparada - centrada no estudo de casos -, possibilita observar tanto diferenças socioculturais, históricas e políticas quanto similaridades e convergências em suas dinâmicas de atuação e enunciação. Ao longo da pesquisa, na condição de observadoras e interlocutoras, acompanhamos o encadeamento processual de suas interações. Ademais, meios e métodos que fundam concretamente suas táticas de ação, bem como as teias de significado que as sustentam estão no centro de nossa atenção.

No caso brasileiro, a descrição etnográfica dos movimentos associativos se deu a partir da articulação de diferentes estratégias. Em um plano, procedeu-se à análise dos conteúdos publicados nas páginas da rede social digital Facebook do Mulheres de Arquibancada e do Movimento Feminino de Arquibancada[1]. Essas páginas acabam funcionando como uma espécie de acervo público permitindo acompanhar retrospectivamente várias fases das mobilizações, o desdobramento de acontecimentos através de registros fotográficos e conversações que oferecem um panorama simbólico e discursivo em torno das retóricas que constroem para legitimar suas propostas. Foram também importantes dados e vídeos disponíveis no *site* do Museu do Futebol sobre o I Encontro Mulheres de Arquibancada, assim como informações e documentos presentes na dissertação de mestrado de Carolina Moraes (2018). Por outro lado, foram utilizados registros obtidos por meio da observação participante e conversas informais em três eventos: a plenária unificada de coletivos de torcedores - membros de torcidas organizadas e movimentos de futebol em 18 de outubro de 2018 na Lapa (RJ) em defesa da democracia -, a caminhada de torcidas e coletivos no dia 20 de outubro de 2018 em apoio à candidatura de Fernando Haddad no segundo turno das eleições presidenciais (RJ) e o Seminário sobre políticas públicas de enfrentamento ao machismo nas arquibancadas organizado pelo Movimento Feminino de Arquibancada, ocorrido em 11 de março de 2023 na Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ/RJ).

No caso argentino, em primeiro lugar, também foi realizada uma análise de conteúdo do *site* do Museu do Futebol Feminista. Esse museu virtual foi criado por Rafaela Carignani, Victoria Cura e Daniela Villani, integrantes da Coordenadora Sem Fronteiras de Futebol Feminista, com o objetivo de reconstruir a história do futebol feminino na Argentina - desde suas origens até a atualidade -, divulgar as ideias, ações e metas da organização, e preservar registros fotográficos de seus encontros e manifestações. Numa segunda etapa, realizou-se observação participante em eventos como grandes manifestações -entre elas, as do Dia Internacional da Mulher (#8M) e a marcha Ni una Menos (#3j) -, bem como em reuniões políticas no Polidesportivo Lucía Cullen, no bairro de Retiro em Buenos Aires, entre os anos 2018 e 2024. Além disso, conduziram-se conversas informais e entrevistas com integrantes da Coordenadora, com o objetivo de compreender mais profundamente seus modos de organização e suas relações com outros setores sociais, em particular com o setor político.

Na primeira e segunda seção descrevemos o contexto, o enredo argumentativo, os avanços e impasses desses pactos associativos no Brasil e na Argentina. Já na terceira, propomos algumas aproximações entre os movimentos estudados, similaridades e diferenças, delineando certos desafios que estão em jogo para a continuidade dos mesmos Nas considerações finais, retomamos algumas

[1] O Movimento Feminino de Arquibancada também possui perfil no Instagram e no X. Todavia, considerando que as informações eram replicadas, optou-se pelo Facebook, mantendo a mesma rede utilizada para a pesquisa do Mulheres de Arquibancada. No X há um grupo chamado MDA (@MArquibancada) criado em 26/8/2019, apresentando uma logo diferente do outro e sem estabelecer referências ao mesmo. A última postagem é 03/11/2020.

argumentações que nortearam essa produção no esforço inicial de demonstrar que o percurso trilhado pelo ativismo dessas mulheres nos dois países contribui para dar visibilidade ao trabalho que vêm realizando no afã de desestabilizar as hierarquias de gênero existentes e democratizar o universo do futebol.

Torcedoras de futebol em campo por direitos no Brasil: Movimento Mulheres de Arquibancada (2017) e Movimento Feminino de Arquibancada (2019)

A fundação da Federação das Torcidas Organizadas do Rio de Janeiro (doravante também FTORJ), em 2008, e da Associação Nacional das Torcidas Organizadas (doravante também ANATORG), que completou 10 anos em dezembro de 2024, representou de modo emblemático o processo de mobilização deflagrado pela realização dos megaeventos no Brasil (Copa do Mundo 2014 e Jogos Olímpicos 2016), pelas medidas adotadas do poder público para o controle da violência e pela crescente criminalização desse estilo de torcer. Lideranças de grupos historicamente estigmatizados pela cobertura jornalística como um "flagelo do futebol" -dada as relações de hostilidades recíprocas que resultaram em uma escalada de confrontos e mortes desde o final da década de 1980- engajaram-se na construção de um pacto de solidariedade para defender suas agremiações (Hollanda; Autor, 2017). Entre 2008 e 2014, as torcidas demonstraram publicamente sua disposição para tréguas em seus antagonismos, em nome de interesses comuns. As alianças firmadas as estimulam a prosseguir, apesar das adversidades, contradições e resistências dentro das próprias torcidas, bem como da desconfiança de setores públicos que observavam essas negociações com descrédito (Autor, 2018; Autor; Lopes, 2018).

Os movimentos femininos de arquibancada simbolizam mais uma importante face dessa virada vivida pelo associativismo, até então refém de rivalidades agudas, ressentimentos e ciclos de vingança.

A primeira mobilização ocorreu no dia 10 de junho de 2017, no Museu do Futebol, em São Paulo. "Resistência e empoderamento" foi a bandeira do I Encontro Nacional de Mulheres de Arquibancada, que reuniu cerca de 300 torcedoras de 31 clubes de futebol, integrantes de mais de 40 torcidas e coletivos de futebol, de 13 estados brasileiros (PR, RS, SC, SP, RJ, BA, CE, ES, GO, MG, PA, DF e PE) (Moraes, 2018, p.86). E contou, ainda, com a participação de lideranças da ANATORG.

Figura 1: Convite do evento. Fonte: Museu do Futebol. Disponível em: Museo do Futebol (2025, online)

A presença maciça de torcedoras organizadas merece destaque. Afinal, construíram sua experiência como torcedoras em um universo marcadamente masculino, cujas lideranças têm ficado a cargo de homens. A exaltação da virilidade e certas condutas sexistas que resultam em proibições, interdições e monitoramento geraram profundas insatisfações ao longo de décadas de atuação, podendo ser considerados fatores que concorreram para a mobilização sem precedentes na história dessa modalidade de associativismo. Há um outro ponto a assinalar. Tendo em vista rivalidades históricas entre agremiações que dificultam, ainda mais, a aproximação entre torcedoras[2], algumas tiveram que pedir autorização ou realizar algum acordo com dirigentes para que concordassem em representar as instituições (Moraes, 2018, p.90). Tendo em conta as inúmeras dificuldades e desafios, como foi possível um feito dessa magnitude e relevância? Torcedoras do Rio de Janeiro e de São Paulo deram o pontapé inicial para realizar o encontro em um bar. Contudo, à medida que a notícia se espalhava e o interesse crescia, a intenção de viabilizá-lo no Museu do Futebol em São Paulo ganha força.

> "A ideia do encontro surge em fevereiro de 2017, a proposta inicial era fazer no dia Internacional das Mulheres, dia 8 de março, era uma reunião em um bar no Rio de Janeiro. Mas a coisa começou a tomar uma proporção tão grande que começamos a ver que não ia rolar fazer isso. Foi aí que surgiu a ideia do Museu do Futebol. Nós tínhamos um grupo de WhatsApp, e as torcedoras desse grupo começaram a comentar com torcedoras de outros estados e muitas torcedoras começaram a ficar interessadas. Quando isso aconteceu percebemos que não daria mais para ser em março por conta do tempo que as torcedoras

[2] Prevalece entre as torcidas organizadas do país um sistema de alianças contra rivais que se consolidou a partir da década de 1990 e que regula as suas interações. Trata-se de uma rede complexa e instável, orientada pelo princípio da amizade/inimizade, cujas uniões, fruto de acordos entre lideranças, visam obter apoio, proteção e espaços de sociabilidade em seus deslocamentos durante os campeonatos. Para maiores detalhes consultar https://observatoriosocialfutebol.org/

> precisavam para se organizar com passagens e hotéis. Foi assim que tudo começou. (Dadá Ganan in Moraes, 2018, p. 89)[3].

O grupo de WhatsApp funcionou, desse modo, como um espaço de articulação e trocas. Muito importante nesse processo foi a interlocução entre as organizadoras e as pesquisadoras Carolina Moraes e Aira Bonfim, que trataram das mediações necessárias para a sua concretização no Museu. A reunião inédita favoreceu o diálogo entre torcedoras que enfrentam obstáculos — como proibições de bandeirar, tocar instrumentos ou participar de certas viagens —, aquelas que têm mais espaço, liberdade de atuação e até ocupam cargos de direção (embora isso seja raro), além daquelas pertencentes a coletivos com objetivos e lógicas distintas das torcidas organizadas.

> "[...]E lá estavam elas chegando de ônibus, carro, vans, Uber, táxi, pra onde se olhava via um misto de cores, camisas de diversos times e torcidas, e então cada uma conheceu, riu, chorou e aplaudiu a história da outra, e nunca antes na história do futebol conseguiram unir tantas representantes de times e torcidas diferentes em prol de um único objetivo: RESPEITO".
>
> (MULHERES DE ARQUIBANCADA. *Foram meses, no início era só para ser uma conversa informal num bar do RJ,* 2025, online).

A partir desses intercâmbios foi elaborado um documento elencando um conjunto de recomendações indicando a importância de novos encontros (nacionais, regionais e locais), a criação de uma Delegacia da Mulher e a obrigatoriedade da presença de policiamento feminino em todos os estádios. Reivindicam, ainda, os mesmos espaços de atuação que os torcedores: composição em baterias, participação em caravanas, atuação nos departamentos de bandeira/patrimônio, representação nos cargos diretivos das torcidas e, na ANATORG, entre outras (Moraes, 2018, p. 90-91). Como consequência dessa mobilização, ainda em 2017 surgiu o Movimento Nacional Mulheres de Arquibancada (doravante também MDA).

[3] Além da Dadá Ganam, Kiti Abreu, Natália Moreira e Penélope Toledo participaram da organização. (Moraes, 2018, p. 87).

MDA: Resistência e empoderamento

Figura 2: Logo MDA. Fonte: Museo do Futbol (2025, online).

Em 2018, o ativismo digital ganhou força, com amplo engajamento nas redes. Através de sua página no Facebook (4.700 seguidores), o MDA trabalhou para consolidar-se, atrair novos membros (individuais e de torcidas/coletivos) e implementar seus projetos. Assim, saiu a campo para sensibilizar auditórios, marcando presença em programas na mídia, rodas de conversa, audiências públicas e seminários, com o objetivo de dar visibilidade às suas pautas. Ademais, realizou reuniões regionais e o II Encontro Nacional no Centro de Formação Olímpica de Fortaleza no dia 11 de agosto de 2018. A página do MDA no Facebook se tornou um meio estratégico de ação coletiva. Nela estão reunidas postagens apresentando o perfil das organizadoras, registros em dias de jogos, de caravanas, *bondes*, comandos e pavilhões femininos, de ações sociais, campanhas e manifestos contra o assédio, o machismo, denúncias de casos de violências contra a mulher e a cobertura dos encontros organizados e aqueles nos quais compareceram. Há inclusive uma bela e extensa galeria com fotografias do I Encontro Nacional no Museu do Futebol. Assumem, também, a luta contra outras opressões: "Não adianta lutar contra o machismo na bancada e ser homofóbica. É preconceito igual. É opressão igual. Na arquibancada tem lugar para todo mundo: mulher, homem, negros, brancos, orientais, pessoas héteros, pessoas gays...Viva a diversidade e o respeito ao próximo!" (17/3/2018).

Recorrentemente afirmam a importância de defenderem umas às outras, enfatizando que a sororidade e a empatia devem prevalecer, acima de qualquer rivalidade.

No entanto, no segundo semestre, questões de ordem política emergem interferindo na dinâmica que o movimento apresentava até então. Uma postagem de 29 de setembro de 2018 tratando do posicionamento do MDA sobre a candidatura de Jair Bolsonaro à presidência da República revela discordâncias sobre o tema e deflagra uma forte polêmica:

> "Bom dia!! Nosso movimento gostaria de compartilhar com vocês nosso posicionamento diante de algumas dúvidas expostas no *inbox* de nossa página. O MDA é um movimento apartidário, em época de eleição os sentimentos ficam aflorados e por vezes podemos nos exaltar. O movimento é composto por diversas meninas de diferentes regiões e visões políticas, assim como, a favor ou contra determinado partido. Tendo em vista a força e tamanho que temos hoje, o foco do movimento não é as eleições. Porém se tem cobrado uma posição quanto ao candidato a presidente Jair Bolsonaro. A luta do MDA é contra o machismo e a favor da igualdade e ele já fez diversas declarações que vão em desacordo com a nossa ideologia, há de

> ter entre nós o bom senso e a educação, pesquisar a vida de cada candidato e suas propostas, esse é nosso dever como cidadãos, não apenas ficarmos no "achismo" ou em propagandas rasas. [...]. Dentro do grupo há pessoas a favor e contra o candidato, respeitamos todas as integrantes. [...]Diante de tudo isso, o MDA deixa claro que respeita ambos os lados e, principalmente, não escolhe partido. Mas sempre seremos contra as atitudes que reproduzam preconceitos e machismo. Importante ressaltar que não estamos dizendo em quem cada uma deve votar, isso cada uma decide, democracia é isso. EDITANDO: Como o texto acima já disse, mas pareceu pra ALGUMAS que o movimento não se posicionou, SOMOS CONTRA ELE, mas respeitamos as MENINAS (que mesmo sabendo de tudo que ele reproduz, vai ao contrário à nossa luta) que ainda assim votam nele. Afinal a DEMOCRACIA é isso. E VOCÊ é livre pra fazer o que você quiser, mas pro MDA #ELENAO".

A publicação gerou 114 comentários, em sua grande maioria, tecendo severas críticas. De modo geral, reclamam do "não posicionamento" do MDA e se dizem decepcionadas. Consideravam o manifesto contraditório com o interesse das mulheres, que o movimento "estava em cima do muro", e replicavam a hashtag #Elenao #Elenunca: "A suposta resistência e empoderamento que há muito já havia se perdido nesse grupo oficializou-se com esse posicionamento. Lembrando que ser #elenão não tem a ver com política ou apartidarismo, mas sim de SOBREVIVÊNCIA, inclusive da arquibancada". Várias indagam como mulheres podem apoiar um candidato, a favor de tudo contra o que lutam. "Não se trata de fazer propaganda para candidato A B ou C, e sim se colocar contra alguém que representa o retrocesso". "A página não quer se posicionar com medo de perder seguidoras online? Temo mais perder manas na vida real com a futura presidência do que no Facebook". Outras afirmam, ainda, que não é plausível ter empoderamento sendo apolítico, que isto é uma contradição. Como contraposição, algumas defenderam o comunicado esclarecendo que o MDA não quer impor um candidato, mas resguardar o direito de cada uma fazer o que quiser. "O movimento é contra as ações dele, mas não contra as mulheres que ainda assim seguem uma linha ideológica política a favor dele".

Contudo, tal alegação é questionada visto que "eleições devem sim ser pauta de um movimento feminista, principalmente quando temos um ditador que prega o extermínio de minorias e não possui um projeto sequer em favor da mulher". Algumas avaliam que o MDA deveria exercer o papel de conscientizar que o candidato representa retrocesso, que trata a mulher como um ser inferior, que prega o fim da democracia, e que ser #Elenão é coerente com a bandeira do grupo, que poderia ser uma voz contra o fascismo.

Como se pode observar, a manifestação #EleNão[4], marcada para o dia 29 de setembro em repúdio ao candidato a presidente Jair Bolsonaro (PSL), que liderava as pesquisas de intenção de voto com 28%, desencadeou as discussões que ocorreram "in box" e que resultaram no comunicado que expôs as controvérsias que vinham se desenrolando nos bastidores do MDA. A despeito dessas divergências, no dia 29 de setembro, foram postados inúmeros registros das manifestações em diferentes estados brasileiros e países indicando que, aparentemente, os conflitos/dissensos haviam sido contornados.

[4] As manifestações começaram a ser organizadas nas redes sociais, principalmente no grupo "Mulheres Unidas Contra Bolsonaro" no Facebook (https://www.facebook.com/groups/499414607198716) e foram motivadas pelas declarações misóginas do candidato e também por suas ameaças à democracia. #EleNão se espalhou por 114 cidades brasileiras sendo considerada a maior mobilização de mulheres na história do Brasil.

No dia 16 de outubro, duas semanas antes do segundo turno das eleições, uma nova convocação para o dia 20 de outubro em apoio ao candidato Fernando Haddad do PT enfatiza que os torcedores dos quatro times cariocas caminharão juntos para a Cinelândia.

Essa caminhada das torcidas no Rio de Janeiro foi decidida em uma plenária na Lapa no dia 18 de outubro. Nela, cerca de 50 representantes de coletivos de torcedores, membros de torcidas organizadas, representante da ANATORG, movimentos de futebol produziram um manifesto em defesa da democracia, declarando apoio à chapa de Fernando Haddad e Manuela D'Ávila à Presidência da República (Mesquita, 2020). Vale ressaltar que os integrantes de torcidas organizadas aderiram individualmente, não sendo autorizados a falar em nome das entidades que decidiram não declarar oficialmente uma posição, alegando que em suas bases havia eleitores dos dois candidatos. Dilema semelhante àquele ocorrido entre as mulheres do MDA, mas neste caso, prevaleceu a decisão de assinar o documento.

No dia 30 de outubro, após o resultado das eleições e a vitória de Jair Bolsonaro, o MDA publicou que continuaria lutando e esperava "que as diferenças expostas durante o período eleitoral fiquem pra trás e seguiremos na luta contra o machismo. Somos empoderamento e resistência!".

Porém, em 26 de junho de 2019, um comunicado anuncia o surgimento de uma dissidência. E, embora lamentem o modo como isso ocorreu, desejam sorte ao novo grupo e informam que continuam existindo, mas em função de questões administrativas, as atividades estão suspensas até que tudo se resolva. Como se pode notar, as investigações de situações concretas que incluem disputas são privilegiadas por constituir oportunidades para desvendar a dinâmica das interações em contextos sociais e culturais determinados (Van Velsen, 1987). O foco em pessoas, lugares e tempos específicos favorece a reconstrução de ações e sequências em cenários particulares.

Movimento Feminino de Arquibancada (MFA): rivais em campo, irmãs na luta

Figura 3: Logo MFA. Fonte: Movimento Feminino de Arquibancada (2025, online).

A primeira postagem no Facebook (https://www.facebook.com/mfanacional/), em 15 de abril de 2019 informa que o Movimento Feminino de Arquibancada (doravante também MFA) criado no dia 13 de abril de 2019 (dois meses antes do comunicado do MDA mencionando a existência de um novo movimento) é composto por representantes de 5 regiões e 27 unidades federativas e tem por objetivo

"consolidar o espaço da mulher em todo o âmbito esportivo; assegurar o respeito e a segurança"; "combater o machismo e sempre buscar fortalecer a presença feminina nos estádios":

> "O Movimento abrange torcedoras comuns, torcedoras organizadas, torcedoras presentes em diligências, profissionais do esporte e qualquer mulher que caiba no núcleo esportivo. O lema é "rivais no campo, irmãs na luta", buscando sempre ofuscar e exterminar qualquer tipo de manifestação de machismo".

A entrada em campo é marcada por convocações para que mulheres torcedoras se associem a "um movimento social sem fins lucrativos, políticos". Do mesmo modo que o MDA, assumem pautas variadas a favor da inclusão e igualdade de direitos na luta contra o assédio, a violência contra a mulher, o racismo, a homofobia, a transfobia e a bifobia. Realizam reuniões em Alagoas (16/6) e Pernambuco (31/08) intensificando as interações na frente Norte-Nordeste e o I Encontro Nacional em Porto Alegre, no dia 7 de setembro, que não aceitou inscrições de homens.

No início de 2020 lançam a enquete: "Você conhece todo o ESTATUTO? Saiba quais são seus direitos e deveres enquanto torcedora" e definem esta como uma pauta cara ao movimento que pretende se dedicar a pensar em como as leis referentes ao Estatuto do Torcedor (2003) cobrem os direitos das mulheres. Ainda em janeiro anunciam que o movimento conta com 350 associadas e que estão empenhadas em obter parcerias que as auxiliem nessa caminhada.

Em 7 de março de 2020, na publicação em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, afirmam que não basta os homens colocarem o assunto em pauta e cobram dos mesmos outras ações:

> "Falem sobre: - A proibição de mulheres tocando em materiais/patrimônio de suas torcidas;
>
> - Agressões (física, moral, psicológica) de homens diante das mulheres nas arquibancadas e espaços onde há interferência feminina;
>
> - Trajes e uniformes femininos e no que isso influencia no conforto das nossas escolhas.
>
> E acredite, TEM MAIS. Não venha com #RESPEITAASMINAS dia 8 quando a falta de respeito é o ano inteiro todo ano".

Com a deflagração da pandemia da COVID19, o MFA lança no dia 24 de março uma campanha de conscientização pedindo que todas fiquem em casa e se cuidem. E, no dia 25/3/20, publica um texto criticando as declarações do presidente Jair Bolsonaro por ferir as medidas tomadas pelo Ministério da Saúde:

> "É uma lástima saber que em tempos de crise e morte populacional severas, o digníssimo trate como uma "gripezinha". Apesar da situação acometer em sua maioria idosos e pessoas com doenças crônicas, ninguém está imune ao vírus. [...]. O Movimento Feminino de Arquibancada repudia publicamente o pronunciamento de Jair Bolsonaro, e deixa bem explícito que tal repúdio nada tem a ver com posicionamentos partidários, em vista que respeitamos todo e qualquer opinião e vontade política de suas componentes. No atual momento, o modelo #VEMPRARUA não se aplica, sendo substituído por #FIQUEEMCASA. Para o seu bem, para nosso bem e de toda a população mundial".

A partir de maio o movimento organiza uma série de *lives* pelo *Instagram* como forma de se manter em contato e conectado com as mulheres do MFA e simpatizantes, além de marcarem presença em encontros virtuais para tratar das perspectivas dos movimentos femininos de torcidas organizadas. Em junho se posicionam como um movimento antifascista e antirracista e publicam *posts* tratando desta temática.

Figura 4: Logo antifascista. Fonte: Movimento feminino de arquibancada (2025, online)

No ano de 2021, com o avanço da vacinação da população, encontros presenciais são retomados. Em maio recebem, juntamente com coletivos e demais torcidas organizadas, uma moção honrosa do Governo do Estado do Rio de Janeiro em reconhecimento às atividades desenvolvidas. Na sessão, que contou com representantes da Anatorg, foi mencionada a consolidação do Dia da Torcida Organizada no Estado do Rio e a luta pela anistia das torcidas punidas e proibidas de frequentar os estádios.

Entre 2022 e 2024 várias torcidas organizadas se filiaram ao MFA. Nesse período dedicaram-se à ampliação das bases de apoio e às conversações com representantes do poder público investindo no maior delineamento da agenda de trabalho. Em 13/1/23 a coordenação do MFA-RJ foi recebida na ALERJ, pelo setor de Esporte do PT e iniciou diálogos com a Secretaria de Estado da Mulher para tratar de assuntos relativos ao desenvolvimento do movimento. O Seminário sobre políticas públicas de enfrentamento ao machismo nas arquibancadas ocorrido em março na FIOCRUZ (RJ) foi mais um passo na articulação política com representantes da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), com o apoio da ANATORG, que têm mediado essas iniciativas e convidado lideranças do MFA para audiências públicas. Nos eventos organizados, há sempre o cuidado e a preocupação em evitar divergências de ordem político-partidária e o recrudescimento de rivalidades intergrupais. Por isso, as regras são claras: com exceção das filiadas, só é permitida a entrada de mulheres uniformizadas mediante autorização de sua torcida por escrito; faixas e bandeiras pequenas podem ser levadas, desde que não contenham teor político-partidário, nem apologia à rivalidade entre times e torcidas.

A partir de agosto 2023 solicitam que as torcedoras opinem sobre propostas que seriam seu carro-chefe de trabalho e pretendem levar ao debate em diferentes fóruns. Em várias publicações convidam as interessadas a entrarem em contato para serem incluídas no grupo fechado em que estas discussões vêm sendo objeto de conversas e avaliações. De modo geral, essas dinâmicas se mantêm para o ano de 2024, contudo, as publicações se tornam menos frequentes.

Coordenadora sem Fronteiras de Futebol Feminista na Argentina (2018)

A Coordenadora Sem Fronteiras de Futebol Feminista surgiu em 2018 no âmbito de um evento singular: uma nova edição do Encontro Nacional de Mulheres (doravante também ENM) que ocorreu em Trelew na província patagônica de Chubut. Antes de descrever as características, os objetivos e as ações da Coordenadora, é necessário apresentar algumas linhas gerais sobre os ENMs.

A iniciativa que deu origem aos ENMs foi liderada por um grupo de mulheres que participaram da III Conferência Mundial da Mulher, realizada pelas Nações Unidas na cidade de Nairóbi, no Quênia, em 1985. Ao retornarem à Argentina, essas participantes se comprometeram a organizar reuniões para discutir, entre as mulheres e a partir de suas próprias perspectivas, as múltiplas problemáticas que enfrentavam em diferentes âmbitos. Desde o primeiro ENM, realizado em Buenos Aires em 1986, até os dias atuais, os encontros têm sido realizados anualmente, sem interrupção, em 16 províncias argentinas, e não pararam de crescer em número de participantes e em temas discutidos.

O ENM é definido como um evento democrático, horizontal, heterogêneo, autoconvocado, autogestionado, federal e plural. Essa mobilização pública e coletiva foi se transformando ao longo do tempo e, desde 2019, passou a se chamar Encontro Plurinacional de Mulheres, Lésbicas, Travestis, Trans, Bissexuais, Intersexuais e Não-Binários, para fazer referência a identidades de diferentes origens étnico-raciais, migrantes e dos povos originários, bem como às identidades do coletivo da diversidade. Como aponta Graciela Di Marco, "quando se articularam os movimentos mais amplos de mulheres e outras identidades, emergiu uma formação contra-hegemônica ao discurso patriarcal que denominei *povo feminista*" (Di Marco, 2019, p. 62).

Entre as atividades que ocorrem durante os três dias do ENM estão as oficinas ("talleres"), que funcionam como grupos de reflexão em torno de um tema-problema, onde cada participante dá sua opinião e compartilha sua experiência. A antropóloga Laura Masson explica isso da seguinte forma: "De maneira similar aos grupos de autoconhecimento, busca-se descobrir que os problemas que antes eram considerados pessoais são comuns a muitas outras mulheres e, portanto, podem ser explicados e abordados coletivamente" (Masson, 2007: 183). Cada oficina elabora suas próprias conclusões, que são documentadas e depois lidas em uma reunião final, junto com as conclusões das outras oficinas. Esses documentos podem ser usados como insumos para discussões e formação em outros âmbitos e/ou traduzidos em ações de incidência política (Alma, 2018). A advogada feminista Nina Brugo Marcó destacou a influência que esses espaços de reflexão tiveram na aprovação de importantes leis nacionais. Por exemplo, as oficinas sobre violência contra a mulher, tráfico de pessoas e lesbianismo tiveram impacto na aprovação de leis nacionais sobre feminicídio, condenação ao tráfico de pessoas e casamento igualitário (Brugo Marcó, 2014). Mais recentemente, podemos mencionar a popularização da demanda pelos direitos sexuais e a legalização do aborto na agenda dos ENMs e sua influência na discussão parlamentar e na aprovação da lei de Interrupção Voluntária da Gravidez (IVE) (Alma, 2018), que finalmente foi sancionada na Argentina em 30 de dezembro de 2020.

Como argumenta Laura Masson: a criação de uma oficina no programa deste evento é uma forma de dar existência a um tema. Ou seja:

> "O que está em jogo na elaboração da lista das oficinas que são realizadas durante o encontro é a definição dos temas que terão um lugar reconhecido para serem discutidos nesse cenário montado por três dias. É a oportunidade que as mulheres que defendem esses temas têm de transformá-los, a partir de torná-los visíveis, em "problemas legítimos"; já que os temas que são tratados em um "encontro nacional de mulheres", onde as que se reúnem são mais de 20.000[5], ganham de maneira implícita e explícita legitimidade de serem problemas definidos como tais por *mulheres*, formulados por elas mesmas e onde também são *mulheres* as que oferecem soluções e reclamam junto aos "responsáveis" pelo cumprimento da lei e o reconhecimento dos direitos (Masson, 2007, p. 191) (itálico e aspas no original)".

Segundo Débora Majul (2023), os esportes têm integrado os debates dos feminismos nacionais desde 1991. Até 2005[6], os temas abordados incluíam desde o esporte amador e profissional até questões como acesso à prática esportiva, sexismo e estereótipos de gênero, formação de profissionais, discriminação contra mulheres no âmbito esportivo, maternidade, espaços comunitários, clubes e socialização, políticas estatais e financiamento, atividades recreativas, além da relação entre esporte, saúde e educação em diferentes fases da vida (Majul, 2023). Nesse contexto, o futebol só conseguiu ingressar oficialmente na lista de oficinas na edição de 2018, com a atividade "Futebol e mulheres". No entanto, a luta pelo reconhecimento do futebol como pauta nos ENMs havia começado anos antes, com a organização de peladas (os chamados "picaditos" - jogos de futebol improvisados) e grupos de reflexão que atuavam paralelamente aos ENMs:

> "Desde 2014, La Nuestra Futebol Feminista – organização que trabalha com futebol para meninas e mulheres na Villa 31 de CABA – realizou o primeiro Encontro de mulheres que jogam futebol, o primeiro em Salta no mesmo ano e, posteriormente, em cada praça central das cidades onde se realizavam os ENMs. Nos Encontros seguintes, foram se somando mais organizações feministas, mulheres e dissidências ligadas ao futebol, entre elas as companheiras de Abriendo la Cancha (Córdoba) e Las Martas Futebol Feminista (Santa Fé). Nesse marco, começamos a nos reconhecer e a nos vincular entre os diferentes grupos, equipes, organizações e jogadorxs relacionadxs ao futebol de mulheres e dissidências. E, a partir desse caminho percorrido, foi que decidimos tirar a oficina da sala e levá-la para a praça no Encontro de Trelew (Site Museu de Futebol Feminista)".

Uma conclusão da oficina "Futebol e Mulheres" foi a criação de um espaço de articulação, visibilidade, promoção e denúncia dos diferentes obstáculos e problemáticas que as mulheres e as pessoas da comunidade LGBTIQ+ enfrentam em diversos âmbitos do futebol e no desempenho de diferentes papéis. Assim nasceu a Coordenadora Sem Fronteiras de Futebol Feminista, uma rede ampla e heterogênea, que reúne agrupamentos de sócias e torcedoras; organizações sociais; equipes de futebol amador; sócias, dirigentes e trabalhadorxs de clubes; treinadoras de futebol, jogadoras, jornalistas, pesquisadoras e outras pessoas autoconvocadas[7]. Como destacou atualmente uma de suas integrantes:

---

[5] No ENM em Trelew, o número subiu para 70.000 (Amanda, 2018) e, em 2019, para 200.000 pessoas (Ferrer, 2019). Laura Masson realizou sua etnografia numa época em que os Encontros ainda não incorporavam em seu nome a diversidade sexual, as origens étnico-raciais, as identidades migrantes nem os povos originários.

[6] Não há um registro sistematizado dos nomes das oficinas desde esse ano até 2015.

[7] O uso do "x" corresponde a todas as identidades sexo-genéricas e corporalidades diversas, sendo o método utilizado por esse coletivo. Também reconhecemos as múltiplas identidades, mas neste texto optamos por outra fórmula para agilizar a leitura e facilitar sua acessibilidade.

> "A Coordenadora era super heterogênea, era um espaço de espaços[8] (...) com participações muito distintas, muitas a título pessoal, outras tantas em representação de espaços (...), muito difícil de estimar (a quantidade de pessoas)" (Conversa informal realizada através da rede social *WhatsApp* em 18 de fevereiro de 2025).

Segundo um levantamento interno realizado pela própria Coordenadora no ano de 2020, os espaços pertenciam aos seguintes distritos: 24 da Cidade de Buenos Aires; 12 da província de Buenos Aires; 6 da província de Córdoba; 5 da província de Santa Fe e 1 da província de Chubut.

Por outro lado, em relação às trajetórias feministas prévias, uma integrante da Coordenadora comentou:

> "Houve de tudo, gente com experiência política, gente que não tanto, e te diria algo que me parece importante: muitas companheiras começaram a jogar futebol por causa do feminismo, por causa do que fazíamos nos Encontros e por essa visibilidade muito potente que, para mim, começou em 2015" (Conversa informal realizada através da rede social *WhatsApp* em 18 de fevereiro de 2025).

A Coordenadora é formada por pessoas com identidades futebolísticas diversas, cada uma com forte senso de pertencimento a seus clubes. A participação das torcedoras vestindo as camisas de seus times manifesta-se em múltiplos espaços: nas oficinas dos sucessivos ENMs, nas marchas e manifestações, e em iniciativas pontuais como o Primeiro Encontro Nacional de Gênero e Feminismo, realizado em 2019 pela Área de Violência de Gênero do Club Vélez Sarsfield – como parte das comemorações do Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher (25 de novembro).

Figura 5: Primeiro Encontro Nacional de Gênero e Feminismo.
Fonte: Club Atlético Vélez Sarsfield. *Otro paso adelante* (2025, online).

[8] A lista é grande, só para mencionar alguns: San Lorenzo Feminista, Vélez Género y Feminismo, Arcoiris FC, Mafalda Fútbol, La Soriano, Pinchas Feministas, Norita FC.

Ações

Segundo o site do Museu de Futebol Feminista, uma ação da Coordenadora foi "acompanhar no estádio, com bandeira própria" a seleção principal de futebol feminino no jogo de repescagem contra a seleção do Panamá, disputado em 8 de novembro de 2018 no estádio do clube Arsenal, em Avellaneda, para a classificação à Copa do Mundo da França no ano seguinte. Nessa ocasião, a Coordenadora confeccionou uma bandeira – que até hoje utiliza –, criou figurinhas de álbum das jogadoras da seleção e preparou um Cancioneiro Feminista. Ou seja: um repertório de cantos de estádio a partir da apropriação das músicas dos clássicos cantos do futebol masculino, substituindo as letras que se caracterizam por seu conteúdo sexista, homofóbico, machista, xenofóbico e racista.

Figura 6: Cancioneiro Feminista com músicas contra torcedores e dirigentes esportivos.
Fonte: Museo del Futbol Feminista. *Coordinadora Sin Fronteras de Fútbol Feminista* (2025, online).

Como sugere o antropólogo Martín Alvarez Litke, as canções da Coordenadora transmitiam um novo significado que promovia um futebol para pessoas com diferentes corporalidades e identidades sexo-genéricas, disputando os sentidos do futebol tradicional. Além disso,

> Como podemos ver, o cancioneiro feminista opera um deslocamento em relação aos destinatários dos cantos, já que estes não são dirigidos a uma torcida rival. Pelo contrário, a identidade feminista nos cantos é construída em oposição a uma alteridade constituída pelos atores que detêm o poder no espaço social do futebol: a AFA, os barra-bravas e, em termos mais gerais, os machos e os 'chabones'[9]. Da mesma forma, a disputa simbólica se desloca do eixo da masculinidade para o eixo de gênero, substituindo as oposições macho-não macho e pai-filho pelas oposições pibas-machos e feminismo-patriarcado (Alvarez Litke, 2021:223).

[9] Chabones é uma gíria que significa 'caras', enquanto pibas se refere a 'meninas', 'minas' ou 'gurias'.

A convocatória da Coordenadora para comparecer ao estádio e apoiar as jogadoras da seleção, que desde 2017 vinham denunciando publicamente as péssimas condições de treinamento, foi um gesto que várias integrantes da rede começaram a replicar em seus clubes, acompanhando as jogadoras de seus times no torneio da Associação de Futebol Argentino (AFA). É importante destacar que a participação com essas músicas nos jogos de futebol restringe-se ao âmbito do feminino. Trata-se de um ato militante em apoio ao futebol feminino historicamente marginalizado. Esse foi o caso, entre outros, da Agrupación Independiente Feminista – criada em 14 de outubro de 2019 durante o ENM realizado em La Plata – que, segundo declaração de uma de suas integrantes numa conversa, propôs "militar pelo futebol feminino" por meio da presença nos jogos e da divulgação de informações sobre a modalidade. Além disso, as torcedoras contaram numa coletânea que:

> "Muitas de nós, que antes íamos sozinhas torcer pelo nosso time de futebol masculino, também nos reunimos nas arquibancadas e nos momentos que antecedem os jogos. (...) organizamos jornadas onde distribuímos folhetos e panfletos nas imediações do estádio antes da realização dos jogos do time masculino, em datas de nossa agenda feminista, como o 3 de junho, data em que todos os anos ocorre a mobilização chamada 'Ni una menos', assim como o 25 de novembro, Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher. Também participamos como coletivo em todas as manifestações massivas organizadas pelo movimento feminista, junto com agrupamentos de torcedoras e sócias de outros clubes, compartilhando espaço todas juntas, apesar da rivalidade de nossas torcidas" (Salgado; Dibilio; Romero; 2024, p. 113).

Ocupar o espaço público por meio de ações políticas com forte identidade futebolística é um dos objetivos da Coordenadora. Essa estratégia busca visibilizar não apenas as demandas específicas do universo do futebol — como a desvalorização do futebol feminino, o acesso limitado de mulheres e diversidades a cargos diretivos nos clubes e a falta de protocolos (ou sua implementação ineficaz) para prevenir, punir e erradicar a violência de gênero e por orientação sexual —, mas também colocar essas questões como pautas do movimento de mulheres e dos feminismos na Argentina.

Desde a sua criação, a Coordenadora participou de convocatórias maciças como as do 3J (Ni Una Menos) e 8M (Dia Internacional da Mulher), levando os tradicionais bumbos das arquibancadas, montando campos de futebol e realizando partidas. Em outras palavras: inserindo o futebol no coração das manifestações. Durante as jornadas de luta pela descriminalização e legalização do aborto em 2018 e 2019, essa estratégia se materializou no "Picadito Abortero", organizado em frente ao Congresso Nacional e nas cidades de Córdoba e Santa Fe.

Vale destacar que os clubes na Argentina são associações civis sem fins lucrativos, onde os dirigentes são eleitos entre e pelos sócios e sócias em processos políticos eleitorais. Cada instituição tem sua própria estrutura de direção (a Comissão Diretiva) e diferentes áreas de trabalho que, por sua vez, têm uma divisão de funções, posições e papéis específicos. Há clubes com diversas atividades esportivas amadoras, que oferecem aulas de educação formal, que contam com vários espaços esportivos, e outros clubes que têm poucos esportes e uma massa associativa menor. No entanto, apesar dessas diferenças, todos evidenciam a escassa participação de mulheres nos cargos de direção. Por esse motivo, a Coordenadora realizou um levantamento sobre a quantidade de mulheres em posições de destaque na direção dos clubes e, em 26 de julho de 2019, apresentou os dados desse relatório à AFA. A pesquisa revelou que apenas 6% dos cargos nas comissões diretivas das instituições eram ocupados por mulheres e que elas desempenhavam tarefas de pouca hierarquia.

Justamente, pelo formato jurídico dos clubes argentinos, neles existe a possibilidade de criação de novas áreas de trabalho que, em algumas ocasiões, surgem por iniciativa da própria instituição e, em outras, pela apresentação de um projeto elaborado por um grupo de sócias e sócios. Durante os anos de 2018 e 2019, ocorreu um processo de abertura dos chamados "espaços de gênero" nos clubes, sob essas duas modalidades – de dentro e de fora das instituições –, com o trabalho, em muitos casos, de pessoas que integravam a Coordenadora. Como destacou a socióloga Julia Hang (2020), tais espaços, que foram nomeados de acordo com o organograma de cada instituição (área, comissão, subcomissão, departamento), tinham como objetivo promover a equidade entre os gêneros e o respeito pelas diversidades sexuais no âmbito do esporte, assim como erradicar todo tipo de violência baseada nas desigualdades de gênero e na orientação sexual.

Em alguns casos, a participação de integrantes da Coordenadora que trabalhavam nessas áreas ou conseguiram ingressar na Diretoria de seus clubes gerou críticas das companheiras devido à insuficiência de progressos nos direitos das mulheres e diversidades. Sem dúvida, isso provocou debates e tensões internas entre as torcedoras e sócias que se institucionalizaram nas comissões de trabalho dos clubes e aquelas que permaneceram fora como feministas não institucionalizadas.

Por fim, é importante destacar que, durante a oficina "Futebol e Feminismos" do Encontro Plurinacional de Mulheres, Lésbicas, Travestis, Trans, Bissexuais, Intersexuais e Não-Binários de 2019, realizado em La Plata, surgiu a ideia de impulsionar a apresentação de uma lei para consagrar o dia 21 de agosto como o Dia das Futebolistas, em comemoração à vitória que um time argentino de futebol feminino obteve em um jogo contra a Inglaterra no estádio Azteca, no México, em 1971. A elaboração desse projeto, que posteriormente se tornou lei nacional em 2020, teve como propósito dar visibilidade aos torneios femininos de futebol, às histórias das jogadoras de outras décadas, às jogadoras atuais e a suas demandas laborais e esportivas.

Figura 7: Flyer para ir ao estádio e torcer pela Seleção Nacional.
Fonte: Museo del Fútbol Feminista. *Coordinadora Sin Fronteras de Fútbol Feminista* (2025, online)

Aproximações: semelhanças e diferenças entre os casos analisados

Genealogias

Os movimentos femininos de torcidas no Brasil surgiram em um contexto histórico marcado pelo aumento das reivindicações das mulheres, que ganharam força entre 2015 e 2016 com grandes marchas em diversas cidades. Esse impulso esteve vinculado à aprovação da Lei do Feminicídio durante o governo de Dilma Rousseff (2011-2016). Posteriormente, as mobilizações ganharam novo fôlego em setembro de 2019 com os protestos do "EleNão", que rejeitavam a candidatura presidencial de Jair Bolsonaro devido ao seu discurso abertamente misógino e sexista.

Na Argentina, o surgimento do coletivo está inserido na onda feminista impulsionada pela marcha imensa do "Ni Una Menos" (3 de junho de 2015), que reuniu cerca de 200.000 pessoas em frente ao Congresso Nacional. Como destacam Natalucci e Messore, o 3J atuou como um catalisador para a expansão das organizações feministas e a visibilização de suas demandas específicas (2023). O lema — inspirado no "Ni Una Más" de Susana Chávez contra os feminicídios em Ciudad Juárez — sintetizou a luta contra a violência patriarcal e se tornou um símbolo da mobilização regional.

Nesse contexto, a experiência de promover o diálogo e a união entre torcedoras de diferentes clubes foi inédita, com algumas semelhanças, mas com origens e articulações diversas.

O MDA surgiu das inquietações de um grupo de torcedoras que começou a questionar problemáticas históricas de discriminação e violência nos estádios e no futebol em geral. As integrantes das torcidas organizadas, que enfrentavam dificuldades para se expressar livremente em um ambiente hierárquico dominado por uma masculinidade agressiva, uniram-se a torcedoras de outros coletivos e a torcedoras independentes. Tanto o MDA quanto o MFA inserem-se na trajetória contemporânea do associativismo das torcidas, representado por iniciativas como a FTORJ e a ANATORG. Essas organizações demonstraram a possibilidade de articular interesses comuns acima das rivalidades, um legado que os novos coletivos retomam e adaptam às suas próprias lutas.

Por sua vez, desde o início, a Coordenadora configurou-se como uma rede intersetorial de mulheres e pessoas da comunidade LGBTIQ+ para lutar pela igualdade e equidade de gênero em diferentes espaços do futebol – das arquibancadas aos clubes, dos campos de jogo aos meios de comunicação. Sua composição reflete essa diversidade: integram o coletivo não apenas torcedoras e sócias de clubes filiados à AFA, mas também dirigentes, jornalistas, jogadoras amadoras e pesquisadoras. Os antecedentes imediatos da Coordenadora remontam a dois processos entrelaçados: os Encontros Nacionais de Mulheres e as oficinas alternativas organizadas paralelamente pelos coletivos pioneiros La Nuestra Fútbol Feminista, Abriendo la Cancha e Las Martas Fútbol Feministas.

Além dessa genealogia feminista, soma-se outro eixo fundacional: a resistência às políticas de direita de Mauricio Macri (2015-2019). Sua chegada à presidência e a tentativa de privatização dos clubes gerou uma resposta inovadora: a formação da Coordenadora de Torcedores (2016) e da Coordenadora de Direitos Humanos no Futebol (2017), ambas integradas por torcedores e torcedoras de diferentes instituições. No entanto, foi o movimento feminista que forneceu o marco conceitual para politizar o futebol e transformá-lo em um território de luta. A Coordenadora também contribuiu com seus lemas para esse movimento.

Por outro lado, a campanha política eleitoral de Jair Bolsonaro gerou tensões dentro do movimento de mulheres torcedoras no Brasil, que conseguiu se reorganizar e manter a agenda contra o machismo, a busca pela igualdade de gênero e o fortalecimento da presença feminina no futebol. O MFA ampliou ainda mais sua composição — incluindo profissionais, gestoras e diversas mulheres do meio esportivo — e manifestou uma posição fortemente crítica contra o governo de extrema-direita de Bolsonaro.

De modo geral, durante esse processo, foi crucial estabelecer consensos mínimos entre as participantes, já que se trata de um universo heterogêneo e plural. Os coletivos ligados ao futebol com perfil mais progressista têm dinâmicas e formas de sociabilidade distintas e abraçam causas rejeitadas por grande parte das torcidas tradicionais, como as campanhas contra a homofobia. No caso das torcedoras organizadas, foi necessário negociar com as lideranças dos grupos aos quais pertenciam para obter sua aceitação antes de participar de reuniões públicas e realizar certas atividades. Ao mesmo tempo, para dar visibilidade e avançar em suas demandas, elas convidaram representantes da ANATORG a fim de angariar seu apoio. Em outras palavras, diálogos tanto internos (dentro das organizações) quanto entre elas foram essenciais nesse percurso.

Já as pessoas que imaginaram um futebol dissidente na Argentina tiveram mais autonomia para planejar e executar suas ações, por não estarem vinculadas a grupos de torcedores com as características das torcidas organizadas brasileiras. No entanto, embora tenham criado práticas transformadoras — como cantos a favor da igualdade e equidade, livres de conteúdo homofóbico, racista ou xenófobo —, só conseguiram colocá-las em prática em espaços seguros, como jogos de futebol feminino de seus clubes ou da seleção nacional. Muitas torcedoras formaram coletivos feministas e algumas até ingressaram na estrutura institucional de seus clubes como dirigentes ou integrantes de áreas de gênero. Apesar desses espaços de participação, elas enfrentaram obstáculos no diálogo, especialmente com outros sócios e dirigentes homens — mas também, como vimos, com feministas não institucionalizadas.

Mediações

Como esses coletivos conseguiram tornar visíveis seus objetivos? Quais agentes sociais contribuíram para materializar essas reivindicações no espaço público? Foi fundamental nesse processo a "mediação", compreendida como um fenômeno sociocultural dinâmico que gera redes de interação e trocas simbólicas, estabelecendo pontes comunicacionais que permitem transcender fronteiras sociais e institucionais (Velho e Kuschnir, 2001). Nessa trama de relações, algumas pessoas foram essenciais, graças a suas pertenças múltiplas, conseguiram vincular campos de atuação distintos (Bourdieu, 1997), facilitando a circulação e o diálogo entre lógicas sociais distantes.

Podemos citar alguns exemplos desse processo. Algumas jogadoras do Norita Fútbol Club[10] foram assessoras da deputada/legisladora portenha Andrea Conde (2017-2021), que ocupou o cargo como representante do partido Unidad Ciudadana, espaço político liderado pela ex-presidente Cristina Fernández de Kirchner. Essa posição institucional lhes permitiu exercer influência significativa na

[10] Equipe amadora da Coordenadora. Nome em tributo a Nora Cortiñas, destacada Madre de Plaza de Mayo.

visibilização de demandas do futebol feminista na agenda política de Buenos Aires. Julieta Ossés (cientista política), Tamara Haber (antropóloga) e Mónica Santino (professora de Educação Física) não só inseriram as pautas do futebol feminista na legislatura, como também escreveram "Pioneras argentinas, un pase a la historia" (2022), obra fundamental para resgatar a memória histórica das futbolistas.

Em uma conversa informal, Tamara relatou:

> "A liga de futebol onde jogamos, que reuniu vários times sob um conceito de futebol com perspectiva de gênero, a aprovação da Lei do Dia das Futebolistas, as figurinhas das jogadoras da seleção nacional que a Coordenadora elaborou em 2019... tudo isso aconteceu durante o mandato de Andrea Conde, que impulsionou e nos apoiou nessa agenda". (Conversa informal realizada através da rede social *WhatsApp* em 2 de fevereiro de 2025).

Mónica Santino — fundadora e treinadora da La Nuestra Fútbol Feminista (organização sediada na Villa 31), ex-jogadora e Técnica Nacional— foi assessora de Conde e do deputado/legislador portenho Claudio Morresi (2019-2023), ex-Secretário de Esportes da Nação (2004-2014). Por sua trajetória reconhecida na defesa dos direitos das mulheres e das diversidades no futebol, Mónica foi convidada a falar no debate pela legalização da Interrupção Voluntária da Gravidez na Câmara dos Deputados, em 24 de abril de 2018.

A concretização de um primeiro encontro de torcedoras no Brasil relaciona-se diretamente ao papel desempenhado pelas organizadoras que se constituíram em mediadoras estratégicas. O primeiro passo foi lançar a ideia em um grupo do WhatsApp para buscar apoio. À medida que a adesão aumentava, a proposta foi redimensionada. De um encontro no bar, passou-se à preparação de um evento. As promotoras atuaram como "mediadoras das mediadoras" em uma articulação sem precedentes na história do associativismo de mulheres no futebol. Nesse processo, as pesquisadoras Aira Bonfim e Carolina Moraes contribuíram nas negociações junto ao Museu do Futebol de São Paulo para sediar o encontro, cooperando em seu planejamento e execução. Uma vez constituído, o MDA deu início a interlocuções com representantes do poder público, jornalistas e pesquisadores objetivando ampliar suas redes de apoio. O MFA, por sua vez, tem aprofundado suas conexões em diferentes espaços institucionais e políticos. Em abril do corrente ano, o movimento celebrou uma importante conquista, com a aprovação na ALERJ da alteração da Lei 1.886/91 - que estabelece penalidades para estabelecimentos que discriminem mulheres –, para incluir a instalação de delegacias móveis em dias de jogos visando garantir que as torcedoras tenham amparo ao denunciar casos de violência.

Considerações finais

Esta pesquisa se concentrou em um momento do avanço neoliberal na região, que no futebol se percebe em uma série de fatos que vão desde a padronização dos estádios sob os conceitos da FIFA, levando a uma elitização dos espaços esportivos e à expulsão das classes populares, até a privatização dos clubes de futebol, que se tornaram SAF (Sociedades Anônimas do Futebol) no Brasil– ou pretendem se tornar, como na Argentina.

Tratou-se de um momento histórico coincidente com a ascensão de governos de extrema direita na região. Em tal conjuntura, os mecanismos de exclusão recaíram com particular violência sobre os corpos das mulheres, das diversidades LGBT+ e de outras minorias sociais.

Nesse cenário, estudamos os movimentos femininos e feministas que, do ponto de vista prático, são constituídos por múltiplos bastidores, nos quais apresentam seus pontos de vista, definem suas táticas de ação coletiva, procuram conciliar diferenças, encaminhar soluções para os problemas que emergem e prosseguir na concretização de seus propósitos. As associações podem ser vistas, portanto, como "incubadoras de relações sociais", espaços de sociabilidade e socialização (Cefai, Veiga, Mota, 2011, p.38) permeados por diferentes lógicas de engajamento.

Seja através da adoção dos termos "mulheres" ou "feminino", seja pela escolha do vocábulo "feminista", esses grupos exerceram um direito fundamental: o de autodenominação, substituindo assim as categorias que historicamente contribuíram para sua invisibilização no universo futebolístico.

A ocupação coletiva de espaços - seja em museus, estádios, ruas, fóruns, audiências públicas ou seminários - cumpriu a mesma função política de visibilização das mulheres e de suas causas. De todo modo, vale ressaltar a partir da apresentação e perspectiva contrastante dos casos argentino e brasileiro que as aprendizagens coletivamente partilhadas nestes contextos de práticas demonstram o desenvolvimento significativo nas formas de resistência protagonizadas por essas pessoas na contestação das relações de poder e hierarquias de gênero.

Referências

ALVAREZ LITKE, Martín. "Vamo´vamo´las pibas". Un análisis del aliento y los cantos de cancha en el fútbol femenino. Papeles de trabajo. **Revista electrónica del IDAES**. Vol.15. Nº 27, 2021. p 210-227.

ALMA, Amanda. Encuentros Nacionales de Mujeres em Argentina: 33 años de lucha. **Nueva Sociedad**. Octubre 2018. https://nuso.org/articulo/encuentros-nacionales-de-mujeres-33-anos-de-lucha/. Acesso em 01/02/2025.

BOURDIEU, Pierre. **Razones Prácticas.** Sobre la teoría de la acción. Barcelona: Anagrama. 1997.

BRUGO MARCÓ, Nina. Historia sobre los Encuentros Nacionales de Mujeres. **Voces en el Fénix.** 1/3/2014. https://vocesenelfenix.economicas.uba.ar/historia-sobre-los-encuentros-nacionales-de-mujeres/. Acesso em 01/02/2025.

CAILLÉ, Alan. Dádiva e associação. Martins, Paulo Henrique (org). **A dádiva entre os modernos: discussão sobre os fundamentos e as regras do social**. RJ: Petrópolis, 2002. p.191-205.

CAILLÉ, Alain. Introduction. **La quête de reconnaissance**. Nouveau phénomène social total. Paris: Éditions La Découverte, 2007.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. Honra, Dignidade e Reciprocidade. Cadernos de Direitos Humanos, Rio de Janeiro, v. 1, n.1, p. 31-48, 2004. Série Antropologia 344.

CEFAI, Daniel, VEIGA, Felipe Berocan e MOTA, Fabio Reis. Introdução. In **Arenas públicas**: por uma etnografia da vida associativa. Niterói: EDUFF. 2011. p.9-63.

CLUB ATLÈTICO VÈLEZ SARSFIELD. *Otro paso adelante*. 20 nov. 2019. Disponível em https://velez.com.ar/club/notas/2019/11/20/222147_otro-paso-adelante. Acesso em 24 fev. 2025.

DI MARCO, Graciela. Nuevas identidades y construcciones políticas de los feminismos. **Feminismos y populismos del siglo XXI**: frente al patriarcado y al orden neoliberal. DI MARCO, Graciela; FIOL, Ana; Schwarz, Patricia (eds.) Buenos Aires: Teseo, 2019, p 61-75.

FERRER, Ludmila. **Una multitudinaria marcha coronó el 34 Encuentro Nacional de Mujeres**. https://www.pagina12.com.ar/225166-una-multitudinaria-marcha-corono-el-34-encuentro-nacional-de. 14 de octubre de 2019. Acesso em 18/02/2025.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**. v. 16 n. 47 maio-ago. 2011 p. 333-361.

HANG, Julia. Feministas y triperas: Mujeres y política en el área de género del club Gimnasia y Esgrima La Plata. **Debates en Sociología**. Pontificia Universidad Católica del Perú. 50, 2020. p 67-90.

HOLLANDA, Bernardo Buarque de; TEIXEIRA, Rosana. Associativismo juvenil e mediação política: as torcidas organizadas de futebol no Brasil e a construção de suas arenas públicas através da FTORJ e ANATORG. **Revista Antropolítica**, n. 42, p. 236-264, 1. sem. 2017. Disponível em https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/41896/pdf. Acesso em 24/02/2025.

MAJUL, Débora. El fútbol en agenda. Debates y horizontes desde la militancia feminista. **Aposta. Revista de Ciencias Sociales.** Nº 99. Octubre, Noviembre y Diciembre 2023.

MASSON, Laura. **Feministas en todas partes**. Una etnografía de espacio y narrativas feministas en Argentina. Buenos Aires: Prometeo. 2007.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MESQUITA, Clívia. **Torcidas cariocas unificadas lançam manifesto em defesa da democracia**. https://www.brasildefato.com.br/2020/02/01/torcidas-cariocas-unificadas-lancam-manifesto-em-defesa-da-democracia/ Acesso em 22/02/2025.

MORAES, Carolina Faria. **As torcedoras (querem) poder torcer**. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade). Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. 157 p. Disponível em https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/30758/3/MORAES%20CF_%20As%20torcedoras%20querem%20%28poder%29%20torcer.pdf. Acesso em 24/02/2025.

MORAES, Carolina Farias; BONFIM, Aira F. Mulher no Futebol – no campo e nas arquibancadas. **Ludopédio**, São Paulo, v. 92, n. 21, 2017. Acesso em 20/02/2025.

MOVIMENTO FEMININO DE ARQUIBANCADA. Facebook: @movimentofemininodearquibancada. Disponível em: https://www.facebook.com/mfanacional/. Acesso em 24 fev. 2025.

MULHERES DE ARQUIBANCADA. Facebook: @mulheresdearquibancada. Disponível em: https://www.facebook.com/mulherdebancada?locale=pt_BR. Acesso em: 22 fev. 2025.

MULHERES DE ARQUIBANCADA. *Foram meses, no início era só para ser uma conversa informal num bar do RJ* [...]. 11 jun. 2017. Facebook: @mulheresdearquibancada. Disponível em: https://www.facebook.com/mulherdebancada/photos/pb.100051072772034.-2207520000/519953244794930/?type=3&locale=pt_BR Acesso em: 22 de fev. 2025.

MULHERES UNIDAS CONTRA BOLSONARO. Facebook: @ https://www.facebook.com/groups/499414607198716. Acceso em: 22 fev. 2025.

MUSEO DEL FUTBOL FEMINISTA. *Coordinadora Sin Fronteras de Fútbol Feminista*. Disponível em https://sites.google.com/view/museodelfutbolfeminista/salas/coordinadora-sin-fronteras-de-f%C3%BAtbol-feminista. Acesso em 01 fev. 2025.

MUSEU DO FUTEBOL. Disponível em https://museudofutebol.org.br/crfb/eventos/662830/ Acesso em 22 fev. 2025.

NATALUCCI, Ana; MESSORE, Florencia. El feminismo de masas: la movilización de las mujeres y diversidades en el ciclo de la marea verde (Argentina, 2015-2020). **Revista Punto Género**. Nº 20, 2023, p 178-205.

ROSSI, Amanda; CARNEIRO, Julia, GRAGNANI, Juliana. #EleNão: A manifestação histórica liderada por mulheres no Brasil vista por quatro ângulos. https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013

SALGADO, Alejandra; DIBILIO, Daniela; ROMERO, Fernanda. **Agrupación Independiente Feminista; nuestro rol como socias e hinchas**. (Re) pensar nuestros clubes. Argentina. Matecito Amargo: Buenos Aires. 2024: p 105-122.

SANTINO, Mónica; HABER, Tamara; OSSÉS, Julita. **Pioneras argentinas, un pase a la historia**. Buenos Aires, Buenos Aires Grupo GES, 2022.

TEIXEIRA, Rosana. A Associação Nacional das Torcidas Organizadas do Brasil na arena pública: desafios de um movimento coletivo, in Antípoda. **Revista de Antropología y Arqueología**, vol. 30, pp. 111-128. 2018. Disponível em https://issuu.com/publicacionesfaciso/docs/revista_antipoda_no._30. Acesso em 20/02/2025.

TEIXEIRA, Rosana; LOPES, Felipe Tavares Paes (2018): Reflexões sobre o "Projeto Torcedor" alemão: produzindo subsídios para o debate acerca da prevenção da violência no futebol brasileiro a partir de uma perspectiva sociopedagógica. **Revista de Antropologia**, vol. 61, n° 3: pp. 130-161. Disponível em revistas.usp.br/ra/article/view/152037. Acesso em 24/02/2024.

VAN VELSEN, Japp. Análise situacional e o método de estudo de caso detalhado. FELDMAN-BIANCO, B. **Antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: UNESP, 1987.

VELHO, Gilberto.; KUSCHNIR, Karina. Apresentação. VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina. (orgs). **Mediação, cultura e política**. Rio de Janeiro: Aeroplano, pp.7-11, 2001.